



ITÁ ENERGÉTICAS S.A.

CNPJ nº 01.355.994/0001-21

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis dos exercícios de 2015 e 2014, os quais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

A Empresa – Itá Energética S.A. – Itasa, com capital social de R\$ 510 milhões composto de 520.219.172 ações ordinárias, tem como acionistas a Companhia Siderúrgica Nacional e a Tractebel Energia S.A., com participações de 48,75% e 4,7%, respectivamente, e a Companhia Hidrelétrica de Itá, com os restantes 2,50%. A empresa foi constituída em julho de 1996 com o objetivo de construir e, em regime de concessão compartilhada, explorar a Usina Hidrelétrica de Itá – UHE Itá, com 1.450 MW de potência instalada, localizada no rio Uruguai, fronteira do Estado de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2015

A Itasa compartilha a concessão da UHE Itá com a Tractebel, que juntas compõem o Consórcio Itá, com participações de 60,5% e 39,5%, respectivamente, garantindo à empresa 404,14 MW médios de energia assegurada. **Venda de Energia – Contrato de Longo Prazo** – A energia que coube à Itasa em 2015 totalizou 3.540 GWh, vendidos exclusivamente aos três grupos de acionistas da empresa e à consorciada Tractebel, em conformidade com os contratos de compra e venda de energia e aditivos. A receita líquida gerada com a venda de energia somou R\$ 157 milhões, valor 14,60% ou R\$ 20 milhões superior à receita de 2014.

Desempenho Econômico-Financeiro – Durante o exercício de 2015, os custos e despesas com vendas, gerais e administrativas atingiram R\$ 134,4, 4,7% superior aos R\$ 128 milhões registrados no ano de 2014. O lucro líquido da Companhia passou de R\$ 4,3 milhões em 2014 para R\$ 14 milhões em 2015, ou seja, uma elevação de R\$ 9,7 milhões.

Meio Ambiente – O Consórcio Itá vem desenvolvendo projetos destinados à educação, melhoria do meio

ambiente e conscientização ambiental. Os investimentos nesses projetos foram da ordem de R\$ 1,8 milhões em 2015 e R\$ 1,4 milhões em 2014, sendo que a contribuição da Itasa foi de R\$ 1,1 milhões em 2015 e R\$ 850 mil em 2014.

Auditoria – Os auditores independentes da Companhia, a BDO Auditores Independentes, não prestaram outros serviços que não fossem os de auditoria das Demonstrações Contábeis divulgadas.

Agradecimentos – Aos nossos acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores internos e externos, Órgãos Governamentais e às instituições financeiras, agradecemos o apoio e a confiança demonstrados ao longo deste exercício.

São Paulo, 03 de março de 2016.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais)			
Ativos	Nota	2015	2014
Ativos Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	5	36.647	31.436
Clientes – Concessionárias e permissórias	6	16.037	12.176
IR Fonte sobre aplicação financeira		118	529
IRPJ e CSLL a compensar		–	2.609
Serviços em curso – P&D		3.452	4.729
Adiantamentos a terceiros – Sinistro		2.221	23
Outros		1.196	915
Total dos ativos circulantes		59.671	52.417
Ativos não Circulantes			
Realizável a longo prazo:			
Impostos a recuperar		182	182
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	30.477	32.161
Imobilizado	8	534.571	568.883
Total dos ativos não circulantes		565.230	601.226
Total dos Ativos		624.901	653.643

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais)			
Passivos	Nota	2015	2014
Passivos Circulantes			
Fornecedores	9	30.834	28.647
Dividendos a pagar	11	3.319	1.027
Tributos e contribuições sociais		1.373	911
Provisão para causas cíveis, fiscais e trabalhistas	10	1.400	1.625
Outros		193	354
Total dos passivos circulantes		37.119	32.564
Passivos não Circulantes			
Provisão para causas cíveis, fiscais e trabalhistas	10	2.170	2.152
Total dos passivos não circulantes		2.170	2.152
Total dos passivos		39.289	34.716
Patrimônio Líquido			
Capital social		510.136	510.136
Reservas de lucros		127.703	164.705
Ajustes de avaliação patrimonial	8	(52.227)	(55.914)
Total do patrimônio líquido		585.612	618.927
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		624.901	653.643

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais)									
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Reservas de lucros	Reserva de retenção de lucros	Custo atribuído do imobilizado	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013		510.136	18.890	193.404	–	–	(59.601)	–	662.829
Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado	8	–	–	–	–	–	3.687	(3.687)	–
Destinações do lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	4.325	4.325
Reserva legal	12.c	–	216	–	–	–	–	(216)	–
Reserva estatutária	12.b	–	–	(193.404)	193.404	–	–	–	–
Dividendos extraordinários referente ao exercício 2013 (R\$ 90,73 por lote de mil ações)	12.d	–	–	–	(47.200)	–	–	–	(47.200)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 1,97 por lote de mil ações)	12.d	–	–	–	–	–	–	(1.027)	(1.027)
Reserva de retenção de lucros	12.e	–	–	–	–	(605)	–	605	–
Saldos em 31 de dezembro de 2014		510.136	19.106	–	–	145.599	(55.914)	–	618.927
Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado	8	–	–	–	–	–	3.687	(3.687)	–
Destinações do lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	13.977	13.977
Reserva legal	12.c	–	699	–	–	–	–	(699)	–
Dividendos extraordinários referente ao exercício 2015 (R\$ 84,53 por lote de mil ações)	12.d	–	–	–	(43.973)	–	–	–	(43.973)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 6,38 por lote de mil ações)	12.d	–	–	–	–	–	–	(3.319)	(3.319)
Reserva de retenção de lucros	12.e	–	–	–	–	6.272	–	(6.272)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2015		510.136	19.805	–	–	107.898	(52.227)	–	585.612

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais)					
	Nota	2015	2014		
Saldos em 31 de dezembro de 2013					
Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado	8	–	–		
Destinações do lucro líquido do exercício		–	–		
Reserva legal	12.c	–	–		
Reserva estatutária	12.b	–	–		
Dividendos extraordinários referente ao exercício 2013 (R\$ 90,73 por lote de mil ações)	12.d	–	–		
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 1,97 por lote de mil ações)	12.d	–	–		
Reserva de retenção de lucros	12.e	–	–		
Saldos em 31 de dezembro de 2014		510.136	618.927		
Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado	8	–	–		
Destinações do lucro líquido do exercício		–	–		
Reserva legal	12.c	–	–		
Dividendos extraordinários referente ao exercício 2015 (R\$ 84,53 por lote de mil ações)	12.d	–	–		
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 6,38 por lote de mil ações)	12.d	–	–		
Reserva de retenção de lucros	12.e	–	–		
Saldos em 31 de dezembro de 2015		510.136	585.612		

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais)					
	Nota	2015	2014		
Saldos em 31 de dezembro de 2013					
Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado	8	–	–		
Destinações do lucro líquido do exercício		–	–		
Reserva legal	12.c	–	–		
Reserva estatutária	12.b	–	–		
Dividendos extraordinários referente ao exercício 2013 (R\$ 90,73 por lote de mil ações)	12.d	–	–		
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 1,97 por lote de mil ações)	12.d	–	–		
Reserva de retenção de lucros	12.e	–	–		
Saldos em 31 de dezembro de 2014		510.136	618.927		
Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado	8	–	–		
Destinações do lucro líquido do exercício		–	–		
Reserva legal	12.c	–	–		
Dividendos extraordinários referente ao exercício 2015 (R\$ 84,53 por lote de mil ações)	12.d	–	–		
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 6,38 por lote de mil ações)	12.d	–	–		
Reserva de retenção de lucros	12.e	–	–		
Saldos em 31 de dezembro de 2015		510.136	585.612		

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional – A Itá Energética S.A. (“ITASA” ou “Companhia”) tem como objetivo a exploração da Usina Hidrelétrica Itá em parceria, através de consórcio, conforme descrito a seguir, mediante concessão outorgada pela União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, cujo prazo de validade é de 20 anos, com término em outubro de 2030. A Companhia cancelou o registro junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 21 de dezembro de 2012. O empreendimento está situado no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, entre os municípios de Itá (SC) e Aratiba (RS) e possui capacidade instalada de 1.450 MW, provenientes de 5 grupos geradores de 290 MW¹ cada. Nos termos do Contrato de Consórcio, a ITASA tem direito a 60,5% de 668 MW médios, quantidade correspondente à energia do projeto rateada entre as consorciadas, cabendo à outra consorciada, Tractebel Energia S.A. (“Tractebel”), os 39,5% restantes. Dos 404,14 MW médios que cabem à Companhia, 342,95 MW médios são vendidos aos seus acionistas na proporção de sua participação na Companhia, e 61,19 MW médios são vendidos à consorciada Tractebel. O Contrato de Consórcio também estabelece que a diferença entre a energia gerada pela usina e a energia do projeto rateada pertence integralmente à Tractebel, conforme condições contratadas entre as partes. A estrutura operacional da geração de energia elétrica, denominada Usina Hidrelétrica Itá, é constituída dos bens demonstrados no ativo imobilizado da empresa, que consistem, substancialmente, em instalações relacionadas à barragem, turbinas e respectivos geradores, e de outros bens (incluindo obras civis intermediárias e a estrutura de transmissão) que são controlados no sistema patrimonial da acionista Tractebel. As quantidades e preços relativos à energia elétrica fornecida aos acionistas foram estabelecidas através de contratos firmados entre as partes em 15 de janeiro de 2011, e aditivos, vigorando pelo prazo de 1º de fevereiro de 2001 a 16 de outubro de 2030. Em dezembro de 2014, foi assinado o nono aditivo, que aumentou o valor do MWh, em reais, de R\$35,00 para R\$43,00 (a partir de janeiro de 2015) mantendo as mesmas condições para reajuste dos preços.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras – 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pelas normas da Associação Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. **2.2. Base de avaliações:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável. Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, e os valores apresentados (textos e tabelas) estão expressos em milhares de reais, exceto onde indicado de maneira diferente.

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis – a) Instrumentos financeiros: A Companhia reconhece os instrumentos financeiros nas suas demonstrações financeiras quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os ativos financeiros da Companhia estão classificados como empréstimos e recebíveis. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive caixa equivalente de caixa, contas a receber de clientes, cauções e depósitos vinculados e contas a receber de partes relacionadas) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio de resultado ou outros passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os passivos financeiros da Companhia estão classificados como outros passivos financeiros. Os outros passivos financeiros (incluindo, fornecedores e outras contas a pagar) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) no final da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial de um passivo financeiro. **a.1) Caixa e equivalentes de caixa:** São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. **a.2) Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros:** São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. **b) Tributação:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. **Impostos correntes:** A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além dos custos de aquisição de ativos e passivos financeiros. **Impostos diferidos:** O lucro tributável e a contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“imposto diferido”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. O saldo dos impostos diferidos ativos é revisado no fim de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. **Impostos diferidos ativos e passivos** são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período ao qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia opera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos **c) Imobilizado:** O Imobilizado está apresentado ao valor de custo, deduzido da depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se houver, acumuladas. Os bens ou conjunto de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos seus valores justos na data da adoção das novas práticas contábeis, janeiro de 2010, passaram a ser seu valor justo como custo atribuído. A depreciação é reconhecida conforme item 1.2 e taxas anuais descritas na nota 8. **d) Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso futuro seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **e) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. **f) Aplicações de recursos em pesquisa e desenvolvimento – P&D:** A Companhia, de acordo com a legislação em vigor, está obrigada a aplicar anualmente, a partir de 01 de janeiro de 2006, o montante de 1% – um por cento de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico. De acordo com os procedimentos contábeis, essa obrigação está sendo reconhecida no mês de competência da receita que lhe deu origem, no grupo “Contratada Receita Bruta”. **g) Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma. A receita de venda de energia é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia, considerando que: O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida. **h) Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios. **i) Utilização de estimativas:** Na preparação das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para fazer estas estimativas a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas principalmente à vida útil do ativo imobilizado, à avaliação de recuperabilidade de ativos, às provisões necessárias para cobrir eventuais riscos tributários e cíveis e à determinação do valor justo de instrumentos financeiros. **j) Principais julgamentos e fontes de incerteza nas estimativas:** Práticas contábeis críticas são aquelas que são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas e pressupostos que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia

adotou determinadas premissas decorrentes de experiência histórica e outros fatores que considere como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob várias premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referente a cada prática contábil crítica descrita a seguir: **j.1) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. Os montantes do imposto de renda diferido ativo são revisados ao final de cada exercício para a avaliação se serão realizados através de lucros tributáveis futuros, com base em projeções de resultados tributáveis, suportados por estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quanto à definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal. **j.2) Vida útil do ativo imobilizado:** A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Anel, as quais são praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas, limitadas ao prazo da concessão das Usinas, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário. **j.3) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração:** Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, ou quando ocorre um evento significativo, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia. O teste de recuperação de um ativo é determinado pelo maior entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de lucros destes ativos, quando aplicável. O processo de revisão da recuperabilidade de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Em abril de 2014 o valor do MWh a ser faturado foi reduzido de R\$50,00 para R\$35,00 e em dezembro de 2014, foi assinado o nono aditivo, que aumentou o valor do MWh, em reais, de R\$35,00 para R\$43,00 (a partir de janeiro de 2015) mantendo as mesmas condições para reajuste dos preços. A Companhia revisou sua avaliação para recuperabilidade dos ativos fixos em função dos fatos descritos nas notas explicativas nº 1 e 6, e concluiu que não existem indicativos de que os valores contábeis dos ativos de longa duração não serão recuperados através das operações futuras. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve outros indicadores que levassem a Companhia a revisar a recuperabilidade de seus ativos fixos. **j.4) Provisão para riscos cíveis e tributários:** É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de desembolso futuro é considerada provável. Esta avaliação é suportada pelo julgamento da Administração juntamente com seus assessores jurídicos considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acórdãos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis. **3.1. Novos Pronunciamentos Contábeis: Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis e não planeja adotar estas normas de forma antecipada. IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros): A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes nas IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revisada sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações. IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes): A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“U.S. LAAP”) quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações. **Agricultura: Plantas Produtivas (alterações a CPC 27/IAS 16 e CPC 29/IAS 41):** Estas alterações exigem que plantas produtivas, definidas como uma planta viva, deve ser contabilizada como imobilizado e incluída no escopo do CPC 27/IAS 16 Imobilizado, e não mais no escopo do CPC 29/IAS 41 Agricultura. As alterações são efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não possui nenhuma planta produtiva. IFRS 16 – Leases (Arrendamento mercantil): Em meados de janeiro de 2016, o IASB aprovou esta norma, que entra em vigor para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2019, e, em essência, dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 16 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações. IAS 12 – Income taxes – (alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro): O IASB International Accounting Standards Board emitiu em janeiro de 2016, alterações ao IAS 12 – Income taxes (CPC 32 – Tributos sobre o Lucro). As alterações são correlacionadas ao reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas, e esclarece a forma de contabilização dos ativos fiscais diferidos relativos a instrumentos de dívida mensurados pelo valor justo. As alterações são efetivas para exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2017. A Companhia está avaliando os efeitos que a IAS 12 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações. Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia. • IFRS 14 – Regulatory Deferral Accounts (Ativos e Passivos Regulatórios); • Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto) (alterações do CPC 19/IFRS 11); • Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27/IAS 16 e CPC 04/IAS 38); e • Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36/IFRS 10 e CPC 18/IAS 28). • Melhorias anuais das IFRS de 2012-2014 – várias normas; • Investment Entities: Consolidation Exception (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação) (Alterações do CPC 36/IFRS 10, CPC 45/IFRS 12 e CPC 18/IAS 28). • Disclosure Initiative (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26/IAS 1). O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Caixa e Equivalentes de caixa

	2015	2014
Caixa e depósitos bancários à vista	21	9
Aplicações financeiras	36.647	31.427

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com remuneração que variam de 9,0% a 100,5% do CDI – CETIP em 31 de dezembro de 2015 (100,0% a 102,00% do CDI em 31 de dezembro de 2014), que são de grande liquidez e prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estão sujeitas a um risco insignificante de alterações de valor. Tais aplicações foram efetuadas nas seguintes instituições: Banco Itaú, Banco Safra S.A. e Banco Votorantim S.A



ITÁ ENERGÉTICA S.A.

CNPJ nº 01.355.994/0001-21

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (Valores expressos em milhares de Reais)

A Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras provisões para processos que, na avaliação dos Consultores Jurídicos, se revestem de riscos de desembolso futuro provável. **a) Provisões cíveis:** O montante provisionado para provisões cíveis, referentes aos processos de desapropriações e realocações na época da construção da Usina (UHE-ITA), é considerado pela Administração suficiente para cobertura dessas contingências. Durante o exercício de 2015, houve o encerramento de processo cuja a provisão montava em R\$806, sendo que o desfecho não gerou pagamento. Adicionalmente, houve reclassificação de R\$225 para o passivo não circulante, em função da expectativa da Administração sobre a não conclusão de alguns processos para 2016. A Companhia está envolvida em processos judiciais que, na avaliação dos Consultores Jurídicos, baseada em experiências com naturezas semelhantes, não apresentam risco de desembolso futuro provável e, portanto, não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras. Em 31/12/2015 os valores envolvidos com risco possível de desembolso futuro estão estimados em R\$623 (R\$514 em dezembro de 2014), principalmente de natureza cível.

11. Patrimônio líquido – a) Capital Social: O capital subscrito e integralizado permanece em R\$510.136, representado por 520.219.172, ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal assim distribuídas:

	Ações ordinárias	Percentual no capital
Companhia Siderúrgica Nacional – CSN	253.606.846	48,75%
Tractebel Energia S.A. – Tractebel	253.606.846	48,75%
Companhia de Cimento Itambé – Itambé	13.005.480	2,50%
	<u>520.219.172</u>	<u>100,00%</u>

O montante do capital subscrito e integralizado representativo dessas ações pode ser aumentado pelo Conselho de Administração, até o limite do capital autorizado de R\$600.000. **b) Reserva Estatutária:** A finalidade desta reserva é manter recursos na Companhia para assegurar a manutenção das atividades que compõem o objeto social e a realização de investimentos ou acréscimos de capital. **c) Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício, e não deve exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. **d) Dividendos:** O montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício após a dedução da parcela destinada à constituição da Reserva Legal, e antes da realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado, será pago como dividendo mínimo obrigatório, nos termos do artigo 27 do Estatuto Social da Companhia. Na Ata de Assembleia Geral Ordinária, de 20/08/2015, foi aprovado a distribuição de R\$4.109 de dividendos, referentes ao exercício findo em 31/12/2014, sendo R\$1.027 de dividendos obrigatórios e R\$3.082 de dividendos extraordinários, e R\$40.891 de dividendos extraordinários provenientes da Reserva de Lucros, sendo que os mesmos foram pagos a partir de julho de 2015. O lucro base para fins de determinação dos dividendos mínimos obrigatório foram calculados como segue:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	13.977	4.325
Reserva legal	(699)	(216)
(=) Lucro líquido ajustado	13.278	4.109
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>3.319</u>	<u>1.027</u>

e) Reserva de retenção de lucros: A Companhia constituiu as reservas previstas na legislação, sob a rubrica Reserva de Retenção de Lucros com a finalidade de distribuição de lucros acima do mínimo estabelecido estatutariamente. **f) Ajuste de avaliação patrimonial:** Conforme nota explicativa nº 8, em atendimento às orientações previstas no CPC 27 (Ativo imobilizado) e ICPC 10 (Eslarecimentos sobre o CPC 27 e o CPC 28), a Companhia adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado da usina da Companhia. Dessa forma a Companhia aplicou o valor justo para determinar itens de seu ativo imobilizado, registrando uma diminuição de seu ativo imobilizado em contrapartida ao patrimônio líquido, na conta de resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários. Subsequentemente, e na medida em que os bens, objeto de atribuição de novo valor são depreciados ou baixados em contrapartida do resultado, os respectivos valores são, simultaneamente, transferidos da conta Ajustes de Avaliação Patrimonial para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

12. Conciliação da Receita Operacional Líquida – Em atendimento às exigências do CPC 30 (R1) – Receitas segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado. A Companhia apresenta no seu demonstrativo de resultado somente a receita líquida, por esta representar os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber originários de suas próprias atividades.

	2015	2014
Receita operacional bruta	3.024	2.648
Fornecimento de energia elétrica (Nota explicativa 17)	168.720	147.535
Suprimento de energia elétrica (Nota explicativa 17)	3.410	1.806
Transações no âmbito da CCEE	61	81
Outras receitas	175.215	152.070
Deduções da receita operacional	(16.207)	(14.066)
PIS e COFINS	(1.574)	(1.366)
Pesquisa e desenvolvimento	(17.781)	(15.432)
Receita operacional líquida	<u>157.434</u>	<u>136.638</u>

13. Custo de Produção de Energia Elétrica, Despesas com Vendas e Gerais e Administrativas.

	2015	2014
Depreciação e amortização	35.010	13
Tarifa de transmissão	–	49.244
Royalties (a)	32.718	–
Serviços de terceiros – Diversos	3.303	–
Serviços de terceiros partes relacionadas (Nota nº 17)	16.492	–
Recuperação de PIS e COFINS	(1.525)	(4.335)
Pessoal e encargos	587	1.285
Administradores	–	137

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Enéas García Diniz
Monica García Fogazza Rego
Rosana Passos de Pádua

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Maurício Stolle Bähr

Enéas García Diniz
Diretor

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcelo Cardoso Malta
Diretor e Diretor de Relação com Investidores

CONTADORA

Marcia do Prado
CRC SP 179.205/O-0 – T-SP

	2015		2014	
	Custo	Despesa com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total
Taxa de fiscalização	–	–	2.031	2.031
Provisões para causas cíveis e tributárias	(806)	–	–	(806)
Seguros	1.707	–	–	1.707
Arrendamentos e aluguéis	–	–	136	136
Doações, contribuições e subvenções	–	–	112	112
Outros	1.197	32	1.040	2.269
	<u>88.683</u>	<u>44.941</u>	<u>5.569</u>	<u>139.193</u>

	2015		2014	
	Custo	Despesa com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total
Depreciação e amortização	35.055	–	10	35.065
Tarifa de transmissão	–	44.826	–	44.826
Royalties (a)	29.379	–	–	29.379
Serviços de terceiros	3.548	–	719	4.267
Serviços de terceiros partes relacionadas (Nota nº 17)	15.886	–	–	15.886
Recuperação de PIS e COFINS	(1.469)	(3.929)	–	(5.398)
Pessoal e encargos	1.434	–	1.322	2.756
Administradores	–	–	570	570
Taxa de fiscalização	–	–	1.651	1.651
Provisões para causas cíveis e tributárias	(48)	–	–	(48)
Seguros	814	–	–	814
Arrendamentos e aluguéis	–	–	190	190
Outros	2.152	254	642	3.048
	<u>86.751</u>	<u>41.151</u>	<u>5.104</u>	<u>133.006</u>

(a) Encargos pagos à ANEEL calculados com base na quantidade de energia gerada pela Usina.

14. Instrumentos Financeiros:

a) Categoria de instrumentos financeiros

	2015	2014
Ativos financeiros:		
Empréstimos e recebíveis		
Clientes – concessionárias e permissionárias	16.037	12.176
Caixa e depósitos bancários a vista	21	9
Aplicações financeiras	36.626	31.427
	<u>36.647</u>	<u>31.436</u>

Passivos financeiros:

Outros passivos financeiros

Fornecedores

30.834 28.647

b) Risco de mercado: A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os principais riscos de mercado os quais a Companhia está exposta são os seguintes: **b.1) Riscos relacionados às aplicações financeiras:** A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos, sendo que atualmente todos estão alocados em certificados de depósitos bancários. **b.2) Risco cambial, de taxa de juros e índices flutuantes.** A Companhia considera seu risco a exposição cambial baixo já que os empréstimos da Companhia, que eram o principal fator de risco foram liquidados em fevereiro de 2013, portanto no período de janeiro a dezembro de 2015 a Companhia não adotou o procedimento de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros, porém vem monitorando continuamente as variações de câmbio, a fim de observar eventual necessidade de contratação desses instrumentos. **c) Valor justo dos instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia não identifica entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras a ocorrência de diferenças relevantes originadas por operações que envolvam instrumentos financeiros que requeiram divulgação específica. Os valores das aplicações financeiras registrados nas demonstrações contábeis aproximam-se dos valores de realização em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem disponibilização imediata. Durante os exercícios findos em 31/12/2015 e de 2014, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos ativos e passivos financeiros da Companhia e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos ativos e passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

	Até um ano	De um a três anos	Total
Aplicações financeiras	36.626	–	36.626
Transações com partes relacionadas	–	–	–
Contas a receber de clientes	16.037	–	16.037
Fornecedores	(30.834)	–	(30.834)
	<u>21.829</u>	<u>–</u>	<u>21.829</u>

15. Análise de Sensibilidade de Taxa de Juros Variável – Aplicação Financeira – A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o exercício, ajustado com base na taxa CDI estimada para o exercício de 2016 para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para o grupo, e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário provável). Assim como a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário A e Cenário B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir:

Aplicação financeira:

Risco:	Exposição	Efeito líquido resultado/patrimônio líquido	
		Cenário provável	Cenário B (deterioração de 50%)
queda da taxa			
CDI	31.427	559	(427)
Taxas utilizadas			
CDI ²	10,77%	12,55%	9,41%

Risco:	Exposição	Efeito líquido resultado/patrimônio líquido	
		Cenário provável ¹	Cenário B (deterioração de 50%)
queda da taxa			
CDI	36.626	388	(921)
Taxas utilizadas			
CDI ²	13,24%	14,30%	7,15%

Fonte: A taxa utilizada no cenário provável foi estimada para 2016, com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório FOCUS – média Top 5), em 08/01/2016.

16. Cobertura de Seguros – A Companhia está inscrita na apólice de seguro da acionista Tractebel Energia S.A., com os seguintes valores declarados:

Tipo de seguro	Valor em risco		Limite de indenização		Vigência da apólice
	em R\$	em US	em R\$	em US	
Danos materiais	3.510.415	899.000	976.200	250.000	31.05.2016
Responsabilidade civil	–	–	195.240	50.000	28.02.2016
	3.510.415	899.000	1.171.440	300.000	

O limite máximo para indenização de danos materiais é de US\$250.000 mil, equivalentes a R\$976.200 mil em 31/12/2015 por evento.

A adequação dos limites de cobertura dos seguros contratados não foi examinada pelos auditores independentes.

17. Transações com Partes Relacionadas – O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga por serviços de administradores está demonstrada a seguir:

	2015	2014
Honorários	114	475
Encargos sociais	23	95
	<u>137</u>	<u>570</u>

A Companhia comercializa 404,14MW médios de energia com a Tractebel, CSN e Itambé, através dos contratos de Compra e Venda de Energia, assinados em 2001 e vigentes até 2030, a seguir especificados: **a) Tractebel:** – Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, com fornecimento de 167 MW médios de energia de propriedade da ITASA na UHE Itá, regido por acordo firmado entre os acionistas da Companhia, com vigência até 16/10/2030. – Contrato de Compra e Venda de 61 MW médios de energia reajustado pela variação do Dólar comercial e do índice 64 – Consumer Price, com vigência até 16/10/2030. Adicionalmente o Contrato de Consórcio acordo entre as partes que a diferença entre a energia gerada pela usina e a energia do projeto rateada pertence integralmente à Tractebel. – Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção da UHE Itá, celebrado pela Companhia, no âmbito do Consórcio Itá, com vigência até 16/10/2030, cujos valores são reajustáveis anualmente pelo índice IGP-M. – Contrato de Gestão Técnica e Financeira, firmado em 01/09/2009, cujo objeto é a prestação de serviços de gestão, pela Tractebel Energia S.A, do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento-P&D da ANEEL para a aplicação dos recursos correspondentes a 0,4% (zero vírgula quatro por cento) da Receita Operacional Líquida Anual da ITASA em projetos de pesquisa e desenvolvimento (“P&D”), conforme Lei Federal nº 12.212/2010, com vigência de três anos a partir da assinatura do mesmo. **b) CSN:** – Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, com fornecimento de 167 MW médios de energia de propriedade da ITASA na UHE Itá, regido por acordo firmado entre os acionistas da Companhia, com vigência até 16/10/2030. **c) Itambé:** – Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, com fornecimento de 9MW médios de energia de propriedade da ITASA na UHE Itá, regido por acordo firmado entre os acionistas da Companhia, com vigência até 16/10/2030.

	31/12/2015		31/12/2014	
	Receita Bruta	Clientes – Concessionárias e Permissionárias	Custos de serviços de terceiros	Fornecedores
Tractebel Energia	105.540	10.414	16.492	1.442
CSN	62.976	5.349	–	–
Itambé	3.228	274	–	–
	<u>171.744</u>	<u>16.037</u>	<u>16.492</u>	<u>1.442</u>

	31/12/2015		31/12/2014	
	Receita Bruta	Clientes – Concessionárias e Permissionárias	Custos de serviços de terceiros	Fornecedores
Tractebel Energia	90.598	7.517	15.886	1.442
CSN	56.679	4.353	–	–
Itambé	2.906	306	–	–
	<u>150.183</u>	<u>12.176</u>	<u>15.886</u>	<u>1.442</u>

18. Transações não Envolvendo Caixa – Durante o ano de 2015 e 2014, a Companhia realizou as seguintes atividades não envolvendo caixa, portanto, estas foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

Conta	Nota explicativa	2015	2014
Imposto de renda e contribuição social compensados		4.203	494
Dividendos mínimos obrigatórios	11.d	3.319	1.027

19. Aprovação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela diretoria da Companhia em 03 março de 2016.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da

Itá Energética S.A. São Paulo-SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Itá Energética S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itá Energética S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos: Valores correspondentes – demonstrações contábeis de exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 27 de fevereiro de 2015 sem modificações.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2016.



BDO RCS Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 013.846/O-1

Fernando D’Estefani
Contador – CRC 1SP 240.969/O-7
Jairo da Rocha Soares
Contador – CRC 1SP 120.458/O-6